

# OS DESAFIOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO NESTE FINAL DE SÉCULO<sup>1</sup>

Marcio Pochmann  
Universidade Estadual de Campinas

## RESUMO

*Este texto recupera as transformações recentemente ocorridas na base material da economia brasileira e no perfil da classe trabalhadora, mostrando seus impactos sobre o nível e a composição do emprego. Seu objetivo é mostrar de que maneira a abertura comercial promovida no início da década e o Plano Real afetaram as formas de inserção da força de trabalho e, conseqüentemente, sua ação sindical.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *relações de trabalho; ação sindical; heterogeneidade; mercado de trabalho; emprego formal.*

## I. INTRODUÇÃO

A multiplicação e pulverização dos sindicatos, acompanhada pela crescente fragmentação das negociações coletivas e maior presença da Justiça do Trabalho, parecem ser marcas importantes do sindicalismo brasileiro na década de noventa. É verdade que paralelamente a essas características gerais, assiste-se ao fortalecimento dos sindicatos que conseguem imprimir uma dinâmica distinta em setores econômicos estratégicos, porém não mais com a mesma capacidade, verificada nos anos oitenta, de generalizar suas ações para o conjunto dos trabalhadores.

De um lado, o processo de reestruturação produtiva tende a levar ao aprofundamento da segmentação do mercado de trabalho, principalmente entre os empregados que representam o núcleo duro das empresas (empregados escolarizados, com maior tempo de serviço na mesma empresa, com mais de quarenta anos, baixa taxa de rotatividade e rendimentos associados às metas de produção) e os trabalhadores terceirizados e desempregados (com idade inferior a quarenta anos, baixa escolaridade, alta rotatividade e baixos rendimentos). Os novos programas de gestão da produção e de organização do trabalho foram

difundidos para a maioria das empresas. Mas somente as grandes empresas nacionais e as transnacionais, que representam não mais do que 10% do total de estabelecimentos existentes em todo País, tenderam a fazer absorções significativas de novas tecnologias. Nas pequenas e microempresas, o acesso aos novos pacotes tecnológicos é reduzido, sendo as mudanças organizacionais os principais elementos privilegiados para a elevação da produtividade e qualidade e de redução de custos.

De outro lado, há sinais de destruição de parte do parque produtivo, principalmente daquelas empresas que não conseguiram se adaptar aos novos tempos, contribuindo também para o movimento de desestruturação do mercado de trabalho. Esse movimento significa, em outras palavras, a permanência de altas taxas de desemprego, o desassalariamento da mão-de-obra e a geração de empregos de baixa produtividade e relações de trabalho precárias.

Em virtude disso tudo, a heterogeneidade parece ser cada vez mais ampla nas relações entre capital e trabalho. No segmento não-organizado do trabalho (pequenas empresas, emprego assalariado sem registro, ocupações por conta própria e sem remuneração), que vem aumentando sua participação no total da ocupação, tende a persistir a elevada precarização das condições e relações de trabalho (manutenção do atraso). No segmento organizado do trabalho (grandes empresas, emprego assalariado com registro e

<sup>1</sup> Agradeço especialmente a leitura atenta e as sugestões pertinentes de Andréia Galvão e Edi Trindade, pesquisadores no CESIT/IE/UNICAMP. As possíveis falhas existentes são de exclusiva responsabilidade do autor.

ocupações autônomas para grandes), que vem perdendo participação relativa no total da ocupação, há oportunidades para o avanço nas relações de trabalho, principalmente do ponto de vista individual.

Em síntese, a heterogeneidade nas relações capital/trabalho se manifesta como decorrência da convivência entre as formas modernas de trabalho (grupos semi-autônomos, células de produção e trabalho qualificado a partir da informatização) e as formas tradicionais de trabalho no Brasil (trabalho infantil e escravo, ocupações sem rendimento, trabalho independente sem proteção social e trabalhista). Num cenário de profundas desigualdades nas formas de inserção da força de trabalho cabe analisar quais são as repercussões sobre as ações das entidades de representação de interesses dos trabalhadores nos anos noventa, desenvolvido na primeira parte do presente estudo.

Na segunda parte, busca-se tratar da base material da economia brasileira, cujas transformações nos anos noventa repercutem sobre o plano de atuação dos sindicatos de trabalhadores. Por fim, na terceira parte, apresenta-se o novo perfil do emprego formal no Brasil que serve de referência para as ações dos sindicatos de trabalhadores.

### II. SINAIS RECENTES DE ALTERAÇÃO NA AÇÃO SINDICAL

Desde a segunda metade dos anos setenta, vários países passaram a registrar um movimento de enfraquecimento nos indicadores de atuação sindical. Ainda que isso não tenha sido um movimento homogêneo ocorrido entre os sindicatos das economias avançadas, percebeu-se que as transformações socioeconômicas, jurídicas, políticas e culturais daquele período estavam alterando o sindicalismo do final do século XX<sup>2</sup>.

Ao contrário dessa tendência, países como Brasil, África do Sul, Polônia e Coréia apontavam para realidades bem distintas, com forte estruturação dos sindicatos nos anos oitenta. O que poderia parecer um novo alento ao movimento sindical mundial neste final de século se mostrou, com o passar do tempo, restrito às específicas condições

nacionais, que terminaram sedimentando a base da ação sindical em alguns países da periferia do capitalismo mundial. Em relação ao Brasil, essa hipótese torna-se cada vez mais robusta, principalmente quando procura-se comparar a *performance* sindical dos anos 90 com a da década de 1980.

A atuação sindical brasileira dos anos noventa apresenta, pelo menos, cinco características distintas do padrão sindical que emergiu do surgimento do novo sindicalismo dos anos oitenta: (i) queda no número de greves; (ii) crescente participação da justiça nas relações trabalhistas; (iii) diminuição na taxa de sindicalização; (iv) descentralização das negociações coletivas e estancamento das cláusulas nos acordos/convenções coletivas de trabalho e (v) maior participação dos sindicatos nos fóruns de políticas públicas. Essas novas características da atuação sindical serão apresentadas a seguir de forma simplificada.

#### II.1 *Queda no número de greves*

Com o surgimento do novo sindicalismo no final dos anos setenta, houve uma tendência de fortalecimento das entidades de representação dos interesses do conjunto dos trabalhadores. A greve, sem dúvida, transformou-se num dos principais instrumentos de vocalização dos interesses coletivos dos trabalhadores, sempre presente para demonstrar o grau de insatisfação sobretudo com a realidade socioeconômica.

A quantidade de conflitos coletivos levada adiante pelos sindicatos foi crescente até o ano de 1989, permitindo que o Brasil chegasse a apresentar cerca de quatro mil greves por ano, assumindo o segundo maior número de greves no mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho.

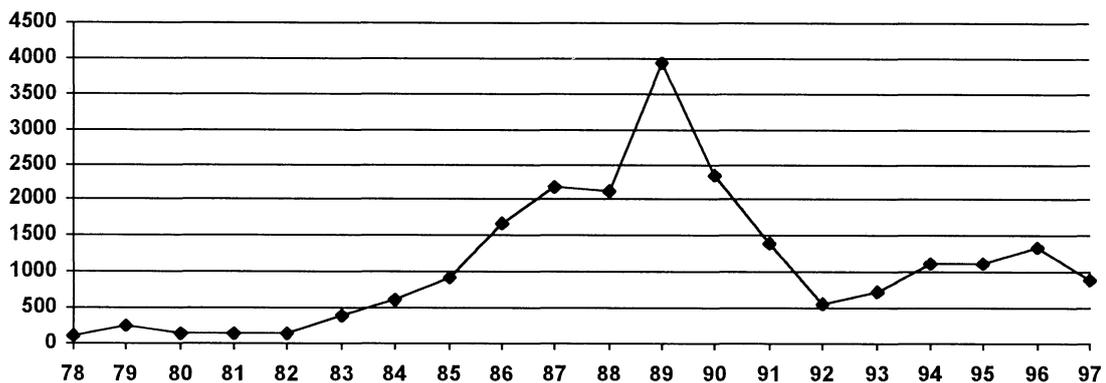
Desde 1990, contudo, o movimento sindical registrou uma desaceleração na realização de greves. Entre 1990 e 1992, a quantidade de greves por ano foi reduzida em mais de 80% (gráfico 1). A forte queda no movimento paredista ocorreu paralelamente com a posse de um governo *anti-labor*, que implementou no País uma política econômica recessiva e de abertura comercial.

Com o retorno de políticas favoráveis à recuperação do nível de atividade econômica pós-1993, observou-se uma interrupção na tendência de queda da quantidade de greves. O movimento de fortalecimento das ações paredistas possibilitou apenas o retorno à situação próxima à verificada

<sup>2</sup> Sobre as transformações sindicais pós-década de setenta ver FREYSSINET, 1993; ROSANVALLON, 1988; MOURIAUX & BIBES, 1991; DÄUBLER, 1994 e BAGLIONI, 1994.

Gráfico 1

*Brasil, número estimado de greves, 1978/97*



Fonte: NORONHA, 1994 e DIEESE (vários meses).

durante a primeira metade da década de oitenta.

II.2 *Crescente participação da justiça nas relações trabalhistas*

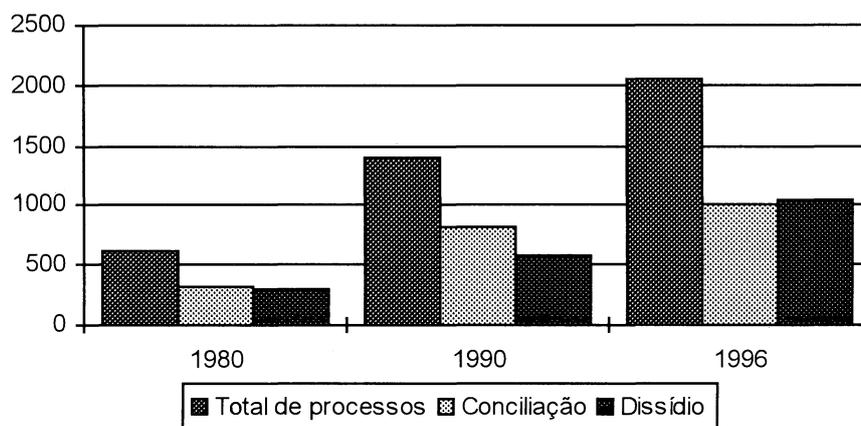
Uma característica importante que distingue a atuação sindical brasileira no período recente diz respeito ao aumento na quantidade dos conflitos trabalhistas individuais e coletivos mediados pela Justiça do Trabalho. Nos anos noventa, a quantidade de processos trabalhistas (individuais e coletivos) ajuizados na justiça cresceu rapidamente, alterando uma posição assumida por grandes sindicatos patronais e laborais de afastamento gradual

da interferência da Justiça do Trabalho nas relações de trabalho dos anos oitenta (gráfico 2).

Essa realidade tende a indicar um maior espaço de desenvolvimento do Poder Judiciário nas relações de trabalho (individuais e coletivas), seja para os trabalhadores que a ele recorrem individualmente, motivados pelo maior desemprego; seja para os sindicatos (laborais e patronais) com menor capacidade de negociação e de garantir os mesmos direitos trabalhistas através da livre negociação; seja para os empregadores que se beneficiam da postergação dos pagamento de verbas rescisórias.

Gráfico 2

*Brasil, evolução dos processos depositados na Justiça do Trabalho*



Fonte: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos e Tribunal Superior do Trabalho / Elaboração do autor.

Para a maior parte dos casos, a procura pela Justiça do Trabalho revela a ausência de diálogo no local de trabalho. Nos anos oitenta, contudo, houve uma certa preferência pela negociação direta entre as partes, refletindo uma nova fase de relacionamento entre capital e trabalho, porém isso parece não se manter nos anos noventa.

A externalização do conflito trabalhista, como forma de administração dos distúrbios entre empregados e empregadores, revela também um atrativo para o emprego de vários profissionais. Segundo dados da Ordem dos Advogados do Brasil, cerca de 40% de seus associados no estado de São Paulo exercem atividades ligadas aos processos trabalhistas.

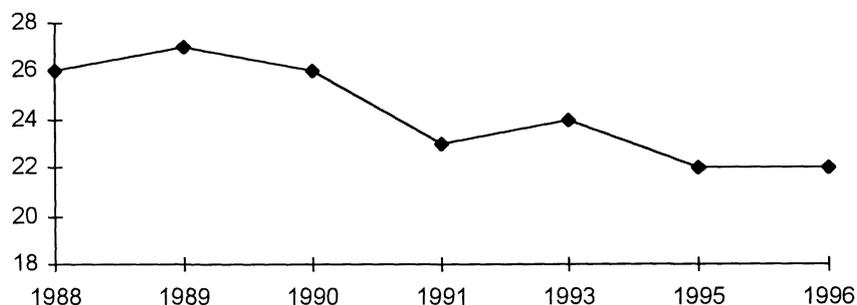
### II.3 Diminuição na taxa de sindicalização

Os indicadores existentes no Brasil utilizados para avaliação da taxa de sindicalização não são muito precisos (gráfico 3). Não obstante as dificuldades para medir o movimento de adesão dos trabalhadores aos sindicatos, pode-se observar que nos anos noventa parece haver um certo enfraquecimento no número de sindicalizados *vis-à-vis* a quantidade de trabalhadores urbanos.

Esse movimento de desindicalização reflete uma situação geral das entidades de representação de interesses dos trabalhadores. Embora possam ser identificados casos de sindicatos que ampliaram o número de sindicalizados no período recente, isso parece não se aplicar à grande maioria de sindicatos.

Gráfico 3

*Brasil, evolução da taxa de sindicalização de trabalhadores urbanos (em %)*



Fonte: FIBGE, Elaboração do autor.

Mesmo com a multiplicação da quantidade de sindicatos nos anos noventa, não houve elevação na taxa de sindicalização. Ao contrário, são crescentes as dificuldades de elevação de novas adesões de trabalhadores.

Em parte, o Brasil estaria refletindo uma certa tendência internacional, na medida em que a taxa de sindicalização cai mais no setor privado que no setor público. Como no Brasil o forte ajuste no nível de emprego concentrou-se nas empresas privadas até o momento, a sindicalização do setor público se mantém. Com a reforma administrativa isso poderá mudar.

### II.4 Descentralização das negociações e estancamento das cláusulas contratuais

Desde o surgimento do novo sindicalismo que

a dinâmica das negociações coletivas de trabalho implicava na ampliação do número de cláusulas negociadas. Durante a década de setenta, as categorias profissionais apresentavam, em média, cerca de doze cláusulas negociadas, passando nos anos oitenta para em torno de cinquenta. Nos anos noventa, não houve grandes alterações, embora em relação aos anos oitenta, há categorias sindicais que apresentam uma redução na quantidade de cláusulas acordadas nos acordos ou convenções de trabalho.

Em certa medida, a estabilidade monetária, por exemplo, contribuiu para a retirada de várias cláusulas dos acordos e convenções de trabalho que diziam respeito à indexação de salários ou ainda para a introdução de acordo sobre remuneração variável, como participação nos

lucros e resultados (plr). Atualmente, o centro das negociações coletivas parece localizar-se no tema do emprego. Os sindicatos tendem a atuar mais favoravelmente à ampliação dos postos de trabalho, inovando, quando possível, nas negociações das cláusulas de contenção de proteção das ocupações, fiscalização da introdução de novas tecnologias, de difusão de qualificação profissional e de contenção de rendimentos indiretos e encargos sociais.

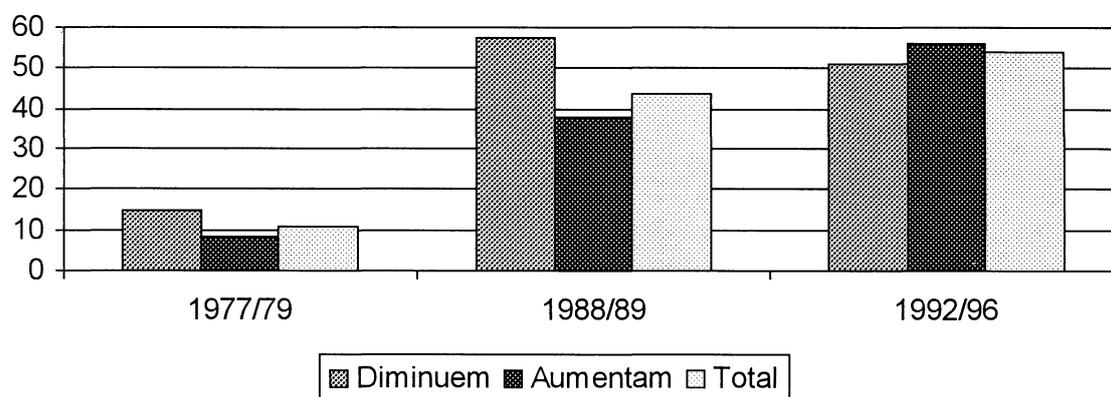
Em parte, os acordos/convenções realizados nos anos noventa, destacam-se por sua natureza

mais descentralizada, isto é, realizados cada vez mais ao nível da empresa. Dessa forma, há dificuldades de generalização de cláusulas acordadas em uma empresa para outra e em uma categoria sindical para outra, conforme a experiência dos anos oitenta.

A descentralização das negociações coletivas de trabalho não indica necessariamente uma maior aproximação dos sindicatos com os interesses das empresas, nem tampouco a maior organização dos trabalhadores por local de trabalho. Mas pode provocar maior heterogeneidade nas remunerações e condições e relações de trabalho.

Gráfico 4

*Número médio de cláusulas acordadas em categorias sindicais selecionadas*



Fonte: DIEESE In: PRADO, 1998.

Parece haver condições mais adequadas para o desenvolvimento da ação sindical próxima ao trabalhador empregado, o que pode favorecer um certo fortalecimento dos sindicatos frente aos trabalhadores regularizados. Em relação ao restante dos trabalhadores, pode existir o risco de maior marginalização. No caso dos trabalhadores demitidos, observa-se uma contumaz recorrência à Justiça do Trabalho, que a cada ano bate recordes de processos trabalhistas protocolados.

#### II.5 Maior participação dos sindicatos nos fóruns de políticas públicas

Não representa uma novidade para o movimento sindical brasileiro a participação em fóruns institucionais. Desde a criação dos sindicatos oficiais, a partir da década de trinta, várias foram as experiências nacionais, como as Comissões de

Salário Mínimo e as gestões dos Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP). Com o regime militar, a violência contra os sindicatos foi tão acentuada, que terminou por inviabilizar sua participação nos órgãos institucionais.

Somente com o renascimento do novo sindicalismo, junto com o processo de redemocratização nacional é que os sindicatos foram novamente recuperando espaços nos fóruns institucionais. Mas é na década de noventa que se ampliou significativamente a atuação sindical em espaços de definição das políticas públicas. Podem ser contabilizados mais de quarenta fóruns de participação institucional dos sindicatos, como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador, Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho do Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço, Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade, Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria, Comissões Tripartites de Emprego, Programa de Educação para a Competitividade, Câmaras Setoriais, entre outras.

Nos espaços institucionais, os representantes dos trabalhadores possuem condições singulares para a vocalização de interesses coletivos, podendo contra-arrestar a tendência de focalização das ações nas categorias profissionais de trabalhadores. Mas essas oportunidades, em certo sentido contraditórias com o que vem ocorrendo com a trajetória recente do sindicalismo brasileiro, dependem fundamentalmente da redefinição do papel das entidades de representação dos interesses dos trabalhadores, com o objetivo de procurar combinar as ações quotidianas e específicas das categorias profissionais com os interesses coletivos estratégicos.

### III. MUDANÇAS NA BASE MATERIAL DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS NOVENTA

As relações de trabalho tendem a refletir, em alguma medida, o comportamento geral da base material da economia, que proporciona condições efetivas para a ação dos atores sociais. Ao longo dos anos oitenta, a atuação sindical brasileira se caracterizou pela ampliação das negociações coletivas, das cláusulas acordadas, da taxa de sindicalização e da quantidade de greves.

Todas essas características apresentadas pelo novo sindicalismo foram fortemente influenciadas tanto pelo contexto político de transição do regime militar para o democrático, quanto pelo ambiente econômico dos anos noventa. No que diz respeito ao desempenho econômico, verifica-se que o País manteve um movimento pendular entre a diminuição ou o aumento na ocupação da capacidade instalada. A variação do emprego nacional se mostrou positiva no final da década de oitenta, apesar das constantes instabilidades econômicas. Com isso, a base material de atuação dos sindicatos não se mostrou muito desfavorável aos trabalhadores<sup>3</sup>.

Nos anos noventa, simultaneamente com as

rápidas e profundas transformações na economia brasileira, ocorreram alterações significativas no comportamento dos sindicatos<sup>4</sup>. Em função disso, torna-se necessário recuperar os principais elementos que condicionam a ação sindical no período recente: (i) a recuperação da economia com desestruturação do mercado de trabalho; (ii) a estabilidade monetária e a desindexação salarial e (iii) a difusão de novos programas de gestão da mão-de-obra e a débil organização por local de trabalho.

#### III.1 *Recuperação da economia com desestruturação do mercado de trabalho*

Os efeitos combinados, a partir de 1990, de políticas recessivas, de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial abrupta, de taxas de juros elevadas e de apreciação cambial seriam responsáveis pela montagem de um cenário desfavorável ao comportamento geral do emprego nacional. De fato, as políticas macroeconômicas voltam-se muito mais para o combate à inflação e para o curso da modernização econômica do que o enfrentamento dos problemas de emprego. Apesar da recuperação no nível de atividade econômica pós-1993, não houve efeitos positivos no nível de emprego formal no País. Tanto assim que o volume nacional do emprego formal de 1996 foi praticamente o mesmo de 1993.

Nesse contexto, consolida-se um movimento de desestruturação do mercado de trabalho, identificado através de três características. A primeira está associada à forte elevação do desemprego, que mais que duplicou no período atual. Em 1996, por exemplo, a taxa nacional de desocupação<sup>5</sup> atingiu 7,2% da PEA, segundo a PNAD, repre-

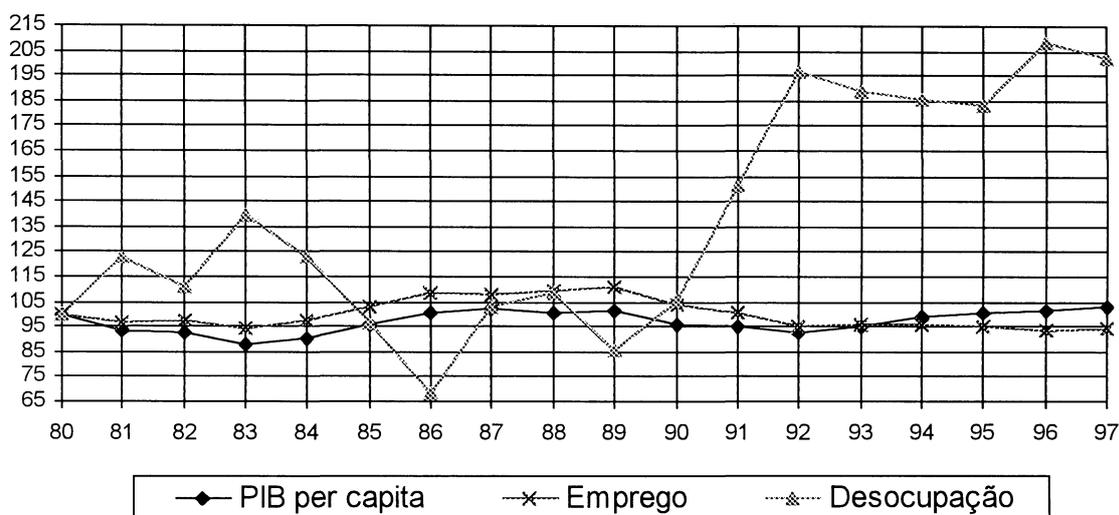
<sup>3</sup> A respeito da literatura que trata do sindicalismo brasileiro nos anos oitenta ver SADER, 1988; BARELLI, 1990; NORONHA, 1994; BOITO Jr., 1991 e ANTUNES, 1991.

<sup>4</sup> A literatura especializada que trata do sindicalismo nos anos noventa pode ser encontrada em POCHMANN, 1996; OLIVEIRA, 1994; LEITE, 1997 e DIEESE, 1994.

<sup>5</sup> As taxas mensais de desemprego, medidas pela Fundação IBGE (PME), pelo DIEESE em convênio com a Fundação SEADE (PED) e pelo SINE do Ceará (PMOD), possuem uma representatividade centrada nas principais regiões metropolitanas do País. Através da PNAD é possível ter uma dimensão nacional do desemprego em pelo menos uma vez por ano, não obstante as deficiências conceituais e metodológicas presentes na pesquisa realizada pela Fundação IBGE. Sobre as metodologias de desemprego ver TROYANO *et alii*, 1985; DEDECCA, 1996.

Gráfico 5

*Brasil, evolução dos índices do Produto Interno Bruto per capita, emprego formal e taxa de desocupação (1980 = 100,0)*



Fonte: Bacen e FIBGE, MTb.

\* Taxa de desemprego anual, a partir dos dados das PNADs.

sentando mais de cinco milhões de brasileiros. Sete anos antes, em 1989, a taxa de desocupação era de apenas 3%, o que significava não menos de dois milhões de brasileiros, e, em 1993, a desocupação atingiu 4,4 milhões de pessoas (6,5% da PEA).

A segunda característica diz respeito ao movimento de desassalariamento, ou seja, a diminuição da participação relativa dos empregos assalariados no total da população ativa com ocupação. Tanto em 1993 quanto em 1996, os assalariados no País representavam quase 59% do total da ocupação, enquanto em 1989 eram 64%. Uma das principais causas explicativas do atual movimento de desassalariamento parece residir na eliminação dos empregos formais, posto que os empregos sem registro continuam aumentando, ainda que a taxas decrescentes.

A terceira característica refere-se à geração de ocupações com produtividade e condições de trabalho questionáveis. A maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não são assalariadas, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria e de empregador. Os poucos empregos assalariados que surgem são, na sua maioria, sem registro em carteira.

No meio urbano, as ocupações nos segmentos

organizados<sup>6</sup> perdem importância, sobretudo no setor secundário da economia. Nesse setor, tem havido a geração de novos postos de trabalho apenas no segmento não-organizado, assim como no setor terciário que também apresenta uma forte expansão neste segmento do mercado de trabalho<sup>7</sup>.

### III.2 Estabilização monetária e desindexação salarial

Nas duas últimas décadas, o Brasil passou por um período marcado por super-taxas de inflação. Nesse quadro de instabilidade monetária, foram difundidos diversos mecanismos de indexação de preços e salários.

<sup>6</sup> O segmento organizado diz respeito aos postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas, fundamentalmente os empregos regulares assalariados. O segmento não-organizado compreende as formas de ocupações mais heterogêneas, cuja organização não assume característica tipicamente capitalista, como é peculiar das economias em estágio de subdesenvolvimento. Para uma análise mais aprofundada sobre a metodologia e as informações atualizadas ver PACHECO & POCHMANN, 1997.

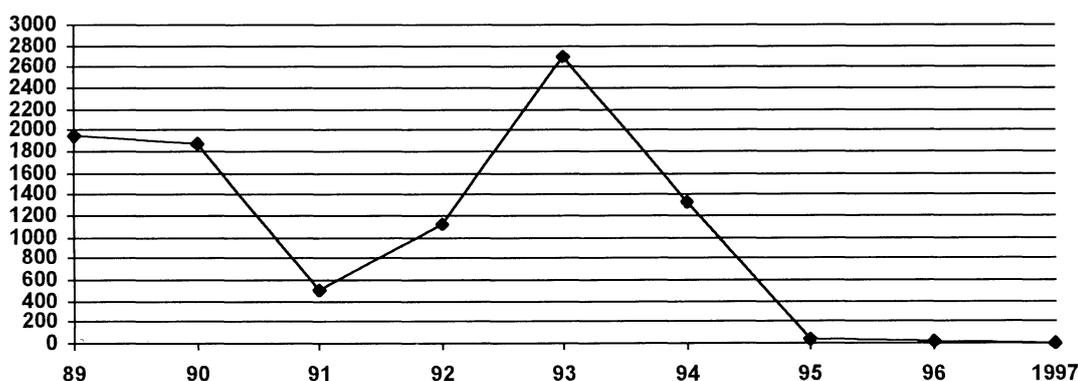
<sup>7</sup> Para um melhor entendimento sobre a evolução das ocupações nos segmentos organizados e não-organizados no período recente ver POCHMANN, 1997.

Em virtude disso, a ação sindical orientou-se, na maior parte das vezes, para a reposição das perdas salariais, já que nem sempre os indexadores salariais eram perfeitos. Nos planos de combate à inflação, os salários foram, em várias oportunidades, transformados em variáveis privilegiadas de ajustes, sobretudo com o insucesso dos programas

de estabilização e, por conseqüência, a volta da elevação do custo de vida. A partir da implementação do Plano Real, em julho de 1994, a estabilização monetária dá sinais de sucesso, com mais de três anos de taxas reduzidas de inflação, ainda que com custos econômicos e sociais não desprezíveis (gráfico 5).

Gráfico 6

*Brasil, evolução da taxa anual de inflação*



Fonte: ICV/DIEESE.

O Plano Real contou com um contexto internacional favorável, propício ao ingresso voluntário de recursos externos. Através da estabilidade monetária, a perda no poder aquisitivo tornou-se menor, porém, com a ausência de qualquer mecanismo de indexação salarial, o comportamento dos rendimentos do trabalho passou a depender de um novo tipo de ação sindical. As velhas estratégias de mobilização do trabalhadores em cima de grandes reposições de perdas salariais parecem dar sinais cada vez maiores de superação.

### III.3 *Difusão dos novos métodos de gestão da mão-de-obra e a débil organização por local de trabalho*

Nos anos noventa, a estrutura econômica brasileira apresenta sinais contraditórios e ambíguos, que apontam tanto para a desintegração de parte da cadeia produtiva quanto para a reestruturação de grandes grupos econômicos (fusão de empresas e introdução de programas de inovação tecnológica e organizacionais). O aumento da heterogeneidade na base econômica tem sido uma tendência que se manifesta cada vez mais como expressão da modernização de empresas na ponta e do retraimento, fechamento e desnacio-

nalização de outras empresas, ao longo das cadeias produtivas.

De um lado, a descentralização da produção torna-se expressão da fragilização dos segmentos industriais estabelecidos previamente em regiões industriais tradicionais (autopeças, brinquedo, têxtil, calçados, vidros, naval, máquinas e equipamentos, entre outros). De outro lado, a introdução de novos programas de gestão da produção e da mão-de-obra, de articulação com fornecedores, maior terceirização e inovação tecnológica, altera a demanda por trabalhadores mais qualificados.

Por conta disso, a exclusão de trabalhadores com menor nível de escolaridade dos bons empregos passa a ocorrer, pois as empresas tornam-se mais enxutas, com a presença de núcleo reduzido de empregados. Estes, por sua vez, parecem estar utilizando-se de jornadas elevadas de trabalho (hora-extra), com salários comprimidos e maior intensificação do ritmo do trabalho. Apesar disso, com a introdução dos novos métodos de gestão da mão-de-obra — provenientes da difusão dos programas de qualidade total, reengenharia, rendimentos variáveis, jornadas flexíveis de trabalho, abonos salariais associados às metas de

produção etc. — são criadas algumas oportunidades de avanços nas relações de trabalho, principalmente quando as grandes empresas tendem a se tornar mais vulneráveis à decisão do trabalhador e à organização da produção através do *just in time*.

Mas isso depende da existência ou não de organização dos trabalhadores por local de trabalho. Como no Brasil, não há tradição de representação e organização dos trabalhadores por empresa, surgem maiores riscos de concretização dos descolamentos possíveis entre a postura dos dirigentes sindicais e os anseios do núcleo duro dos trabalhadores.

#### IV. O PADRÃO DE EMPREGO FORMAL MODIFICADO NO BRASIL

O segmento da classe trabalhadora que perma-

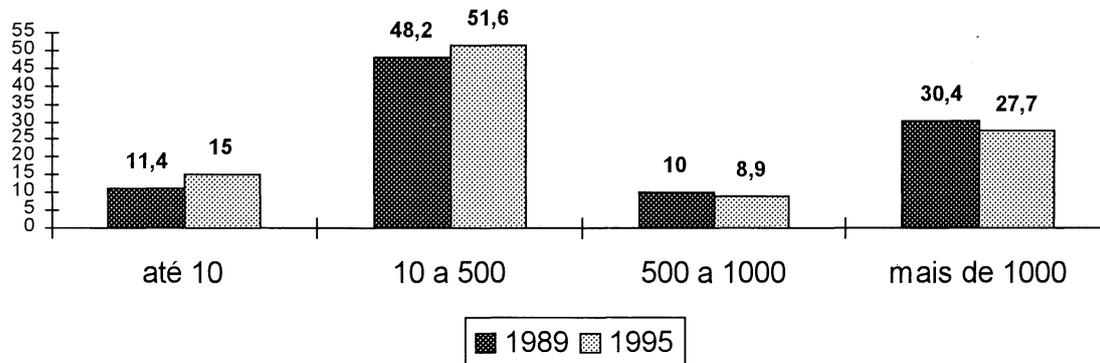
neceu empregada no segmento assalariado formal, ainda que com participação relativamente menor do que era nos anos oitenta (desassalariamento), passou a conviver com significativas modificações no padrão de emprego. Basicamente, podem ser destacadas as alterações tanto na oferta quanto na demanda de trabalho.

##### IV.1 O emprego formal por tamanho de estabelecimento

A partir dos anos noventa, passou a ocorrer uma modificação substancial na composição do emprego formal por tamanho de estabelecimento. Entre 1989 e 1995, as empresas com menos de quinhentos empregados aumentaram a participação relativa no total dos empregos formais. Mas foi nas empresas com até dez empregados que houve maior expansão do emprego.

Gráfico 7

*Brasil, distribuição dos empregos por tamanho de estabelecimentos (em %)*



Fonte: MTb/RAIS.

As empresas com mais de quinhentos empregados apresentaram um decréscimo na sua participação relativa do total dos empregados, principalmente nos estabelecimentos com quinhentos e mil trabalhadores. Mas isso não significa dizer que as grandes empresas deixaram de ter importância sobre o volume de emprego formal, pois representam algo em torno de 36% do estoque de trabalhadores.

##### IV.2 O emprego formal por tempo de serviço

Além da modificação dos empregos por tamanho de estabelecimento, pode-se destacar também as alterações ocorridas no tempo de duração do emprego formal na mesma empresa. Há sinais de aumento na duração dos contratos de

trabalho.

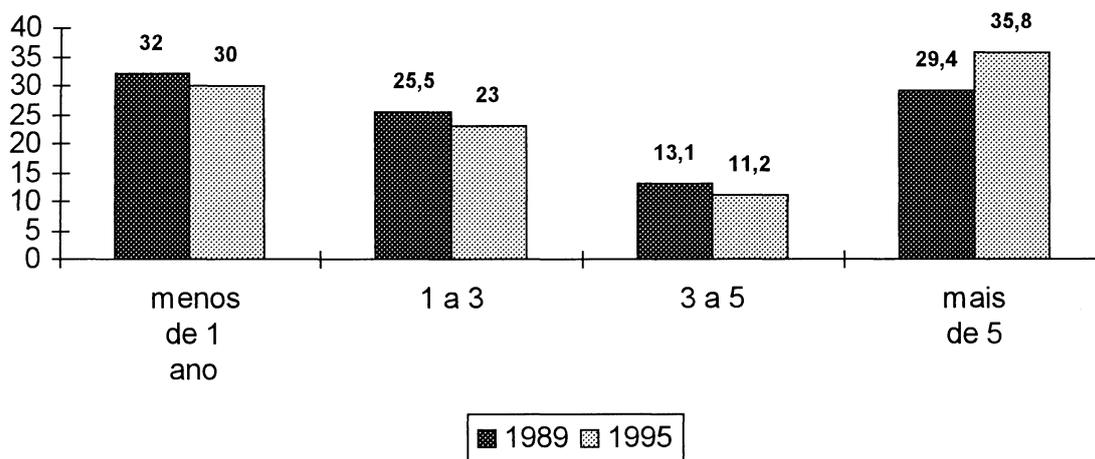
Entre os anos 1989 e 1995, verifica-se uma redução relativa dos empregados com menos de três anos de serviço numa mesma empresa, respectivamente, de 57,5% para 53,0% do total do emprego formal. Para os mesmos anos, o emprego de trabalhadores com mais de cinco anos na mesma empresa aumentou de 29,4% para 35,8% a sua participação relativa no total do emprego formal. Os empregados na faixa de três a cinco anos também reduziram a sua participação relativa no mesmo período.

##### IV.3 O emprego formal por faixa etária

Uma outra alteração importante a ser destacada

Gráfico 8

Brasil, tempo de serviço dos empregados (total = 100,0%)



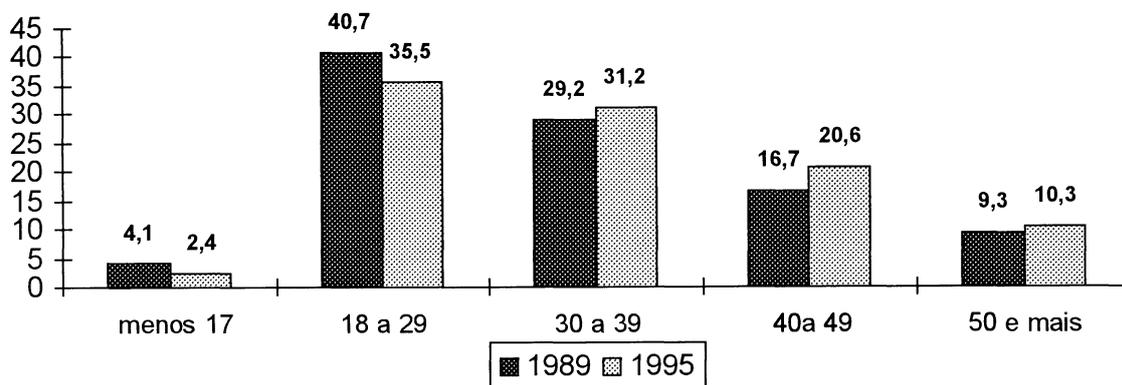
Fonte: MTb/RAIS.

do conjunto dos empregos formais refere-se à faixa etária dos trabalhadores. Para os empregados mais jovens (até vinte e nove anos) verifica-se uma sensível redução na sua participação relativa no total dos empregos formais.

Entre os anos 1989 e 1995, a participação dos empregados na faixa de até vinte e nove anos caiu de 40,7% para 35,5% no total dos empregos formais. Em compensação, os trabalhadores com idade mais avançada aumentaram a sua participação relativa no total dos empregos.

Gráfico 9

Brasil, idade dos empregados (Total = 100,0 %)



Fonte: MTb/RAIS.

Em 1995, os empregados com mais de vinte e nove anos de idade foram responsáveis por 62,1% do total dos empregos formais, enquanto em 1990 eram responsáveis por 55,2%. Esse movimento expressa, em parte, a concentração das contratações no núcleo de trabalhadores com mais idade, sobretudo entre trinta e quarenta e nove anos de

idade. Os jovens, por outro lado, passaram a ser um dos principais perdedores no processo de desajuste do mercado de trabalho no Brasil durante o período recente.

#### IV.4 O emprego formal por escolaridade

O nível de escolaridade da mão-de-obra consti-

tui um outro indicador importante da qualidade da força de trabalho. No Brasil, o nível de escolari-

dade é tradicionalmente baixo, apesar da expansão do tempo de instrução ocorrido nos últimos anos.

Tabela nº 1

*Brasil, escolaridade dos empregados (Total = 100,0%)*

Escolaridade	1980	1989	1995
Analfabeto	4,2	3,1	3,0
Primário Incompleto	18,0	11,9	9,9
Primário Completo e Ginásio Incompleto	38,0	34,9	31,1
Ginásio Completo e Colegial Incompleto	16,9	21,0	23,1
Colegial Completo e Superior Incompleto	15,7	19,8	22,1
Superior Completo	7,2	9,3	10,8

Fonte: MTb/RAIS.

Entre 1989 e 1995, os trabalhadores com curso colegial completo e o superior aumentaram a sua participação relativa de 29,1% para 32,9% no total dos empregos, enquanto os trabalhadores analfabetos e com primário incompleto reduziram sua participação relativa de 15,0% para 12,9%.

Como a educação assume cada vez mais uma condição necessária para o emprego da mão-de-obra, os trabalhadores tendem a estar mais identificados com a busca constante de maior qualificação profissional. Embora a elevação da escolaridade tenha sido compreendida como um recurso indispensável à maior empregabilidade da oferta de trabalho, ela não deve ser identificada como uma panacéia na resolução do problema do emprego nacional, que dependem de fatores mais amplos, como o crescimento econômico, repar-

tição da renda, investimentos em infra-estrutura etc.

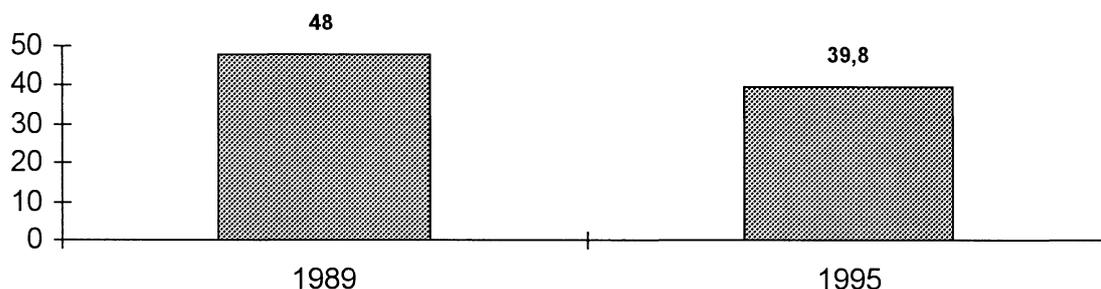
#### IV.5 A rotatividade no emprego formal

A elevada taxa de rotatividade existente no Brasil constitui um indicador consistente a respeito da flexibilidade quantitativa do mercado de trabalho, isto é, uma enorme facilidade em serem rompidos os contratos de trabalho, bem como por consequência, um tempo relativamente curto de permanência dos empregados na mesma empresa.

Em 1989, por exemplo, um contingente equivalente a quase metade do total dos empregos formais teve rompido o seu contrato de trabalho. Seis anos mais tarde, em 1995, a taxa de demissão dos trabalhadores com registro formal havia sido reduzida, porém ainda permanecia em patamar muito elevado.

Gráfico 10

*Brasil, evolução das taxas de demissão (em %)*



Fonte: MTb/RAIS.

A instabilidade nos vínculos empregatícios tende a ser maior para os níveis de menor escolaridade e para homens. Em 1995, por exemplo, a taxa de rotatividade masculina era de 44,6% e a feminina de 31,9%.

### IV.6 As desigualdades nos salários dos empregos formais

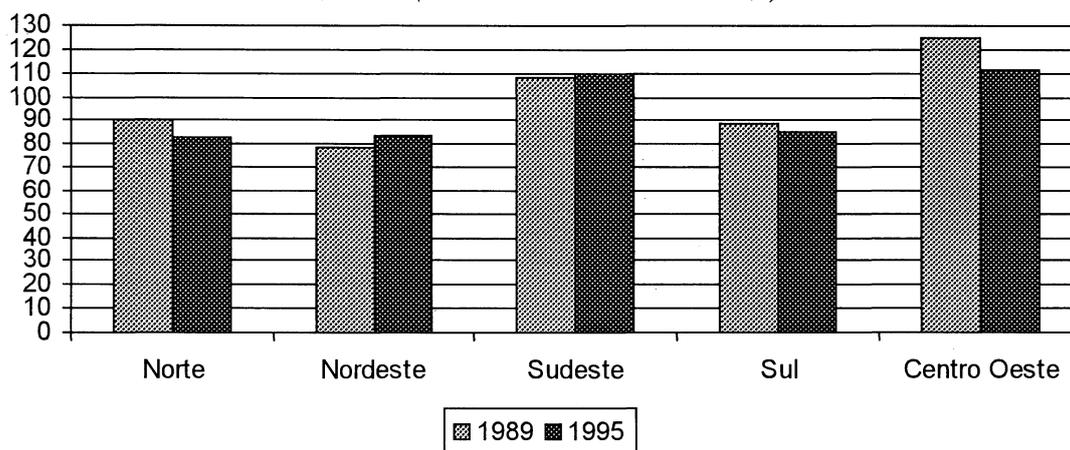
As regiões Norte, Centro-Oeste e Sul aumentaram a desigualdade entre suas respectivas médias salariais e a média salarial nacional entre 1989 e 1995 e

1995. Somente a região Nordeste reduziu a desigualdade entre a média salarial da região e a média salarial nacional. A região Sudeste manteve o mesmo grau de desigualdade (gráfico 11).

Em relação à massa de salários, as regiões que perderam participação entre 1989 e 1995 foram Sudeste e Norte, enquanto as regiões Centro-Oeste e Nordeste aumentaram suas participações relativas. A região Sul manteve a mesma participação na massa de salários para o mesmo período de tempo.

Gráfico 11

*Brasil, Desigualdade entre a média salarial nacional e média salarial da região dos empregos formais (renda média nacional = 100,0)*



Fonte: MTb/RAIS

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pôde-se observar nas páginas anteriores, o tema enfocado é complexo, não apresentando tradicionalmente convergência entre os estudiosos. Não obstante a forma simplificada de tratamento de um tema tão complexo, procurou-se destacar que grande parte das razões explicativas das alterações recentes na ação sindical devem ser buscadas fundamentalmente nas transformações na base material da economia brasileira e seus efeitos sobre as formas de inserção da força de trabalho.

No que diz respeito ao conjunto de modificações observado na trajetória do sindicalismo brasileiro durante os anos noventa, deve-se salientar os sinais de perda de aderência dos sindicatos, com a redução nas taxas de sindicalização e da quantidade de greves e ainda a maior presença da

Justiça do Trabalho na dinâmica das relações entre capital e trabalho. Simultaneamente, há uma intensa difusão de ações sindicais nos diversos fóruns institucionais de definição das políticas públicas, o que permitiria explorar as oportunidades de uma atuação sindical mais ampla.

Todas essas alterações na trajetória sindical não deixam de estar associadas aos efeitos resultantes das transformações na base material da economia brasileira, que promovem uma recuperação da produção sem impactos positivos sobre o nível de emprego formal. Ao mesmo tempo, a desestruturação do mercado de trabalho termina indicando situações cada vez mais adversas para a ação sindical voltada para o conjunto dos trabalhadores, tendo em vista a crescente heterogeneidade nas formas de inserção da População Economicamente Ativa.

Por outro lado, um parcela de trabalhadores

que permaneceu empregada nos segmentos organizados do mercado de trabalho parece dispor de condições e relações de trabalho menos desfavoráveis, devido às mudanças no padrão de emprego. O aumento na escolaridade, a redução da taxa de demissão, o maior tempo de permanência do trabalhador na mesma empresa e o envelhecimento dos empregados tendem a apontar para um núcleo de trabalhadores estratégicos em cada empresa. Dessa forma, as empresas tendem a disputar o controle desses trabalhadores com o poder sindical.

Diante da difusão de novos métodos de gestão da mão-de-obra e de organização do trabalho, os sindicatos passam a ter de revisar o seu papel enquanto instrumento de representação e vocalização dos interesses dos trabalhadores. O redimensionamento desse papel torna-se ainda mais necessário em virtude da crescente heterogeneidade nas

formas de inserção da força de trabalho, impulsionada, sobretudo, pelo aumento do setor informal.

Por esses e outros motivos não tratados aqui, percebe-se que o sindicalismo brasileiro encontra-se diante de novos desafios neste final de século. Para tornar mais complexa a situação, convém destacar que não existem fórmulas prontas, tampouco consenso entre as lideranças sindicais quanto à definição de estratégias destinadas à superação dos obstáculos. Nesse sentido, muita coisa ainda está por ser feita. Todavia, as iniciativas mais recentes, a exemplo dos projetos de reforma do Sistema Corporativo de Relações de Trabalho, indicam uma forte tentativa em tornar ainda mais flexível o mercado de trabalho brasileiro. Nesse quadro, o sindicalismo passa a ser questionada a sua legitimidade, o que se torna um novo desafio a ser enfrentado.

*Recebido para publicação em abril de 1998.*

Marcio Pochmann (pochmann@eco.unicamp.br.) é Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pesquisador e Diretor-Executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. (1991). *O novo sindicalismo*. São Paulo, Ensaio.
- BAGLIONI, G. (1994). "As relações industriais na Europa nos anos 80". In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. et alii. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo, Scritta.
- BARELLI, W. (1990). "Os trabalhadores influenciam nas decisões". *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, São Paulo, 4.
- BOITO Jr., A. (1991). *Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- CORSEUIL, C. et alii. (1996). "Determinantes da estrutura do desemprego no Brasil". In: *Anais do 24 Encontro Nacional de Economia da ANPEC*.
- DÄUBLER, W. (1994). "Relações de trabalho no final do século XX". In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. et alii. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo, Scritta.
- DEDECCA, C. (1996). "Desemprego e regulação no Brasil hoje". *Cadernos CESIT*, IE/UNICAMP, Campinas, 1.
- DIEESE. (1994). *Trabalho e reestruturação produtiva*. São Paulo, DIEESE.
- DIEESE. (1997). *Boletim do DIEESE*. São Paulo, DIEESE, vários números.
- FREYSSINET, J. (1993). *Le chômage*. Paris, Decouvert.
- ILO. (1991). *An bussines and work toward new frontier*. Geneve, ILO.
- LEITE, M. (1997). *O trabalho em movimento*. Campinas, Papirus.
- LEITE, M. (1994). "Novas formas de gestão de mão-de-obra". In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. et alii. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo, Scritta.
- MOURIAUX, R. & BIBES, G. (1991). *Les syndicats*. Paris, PFNSP.

- NORONHA, E.** (1994). "Greves e estratégias sindicais no Brasil". In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. *et alii.* (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo, Scritta.
- OLIVEIRA, M.** (1994). "Avanço e limites do sindicalismo brasileiro recente". In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. *et alii.* (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo, Scritta.
- PACHECO, C. & POCHMANN, M.** (1997). *Transformações do mercado de trabalho: experiências internacional e brasileira no período recente*. Campinas, IE/UNICAMP.
- POCHMANN, M.** (1996). "Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente". In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. *et alii.* (orgs.). *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo, Scritta.
- POCHMANN, M.** (1997). "Traços gerais de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro". In: *Anais do XXV Encontro da ANPEC*, Recife.
- PRADO, A.** (1998). "Mudanças na negociação sindical nos anos recentes: elementos para a reflexão". *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, São Paulo, 12 (2).
- ROSANVALLON, P.** (1988). *La question syndicale*. Paris, Calmann-Lévy.
- SADER, E.** (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TROYANO, A. et alii.** (1985). "A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego". *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, São Paulo, 1 (1).